

# INTERSUBJECTIVIDADE E ESPAÇO PÚBLICO ENTRE A FOLHA “PERENE” E A FOLHA “CADUCIFLORA”

José Quaresma  
FBA-UL

[...] Só aí onde o homem se *expõe* e se *aquece* ao sol do homem nascem o sentimento e a fantasia [...], e só aí onde o homem *fala* com o homem, só no discurso, um acto comunitário, desponta a razão.<sup>1</sup>

The errors of much public art have been its lack of specificity, its tendency to look at society – at the public – too broadly and simply. The temporary in public art is not about an absence of commitment or involvement, but about an intensification and enrichment of the conception of public. The public is diverse, variable, volatile, controversial; and it has its origins in the private lives of all citizens. [...] It is these rich ambiguities that should provide the subject matter for public art; the temporary provides the flexible, adjustable, and critical vehicle to explore the relationship of lasting values and current events, to enact the idea of the commons in our own lives.<sup>2</sup>

---

1 Feuerbach, *Das Wesen des Christentums*, (1841; B:1843; C:1849), ed. Werner Schuffenhauer, G.W., Berlim, Akademie Verlag Berlin, 1967, 5, 166-7.

2 Patricia Phillips, «Temporality and Public Art», in *Critical Issues in Public Art. Content, Context, and Controversy*, Harriet Senie; Sally Webster, (orgs.), Washington, Smithsonian Institution Press, 1992, pp. 303-304.

O Espaço Público (EP) é por definição um espaço de confluência, altercação, partilha, assentimento e dissentimento. Quando a Arte Pública (AP) é perspectivada desta forma, ou seja, em estreita relação com a possibilidade de assentir com o “Outro” e de dissentir do “Outro” sob uma noção alargada de “partilha tensional”, então, já não se aceitará tão pacificamente que “a arte sempre foi pública”, como muitas vezes escutamos.

Se os elos entre a AP e o EP forem aqueles que estamos a estabelecer, a AP tem um enraizamento muito forte numa outra noção, a da Intersubjectividade, que começa por ser tematizada no Séc. XVIII por autores como Kant, Rousseau e outros, não tendo mais cessado a multiplicação das possibilidades de compreensão, desenvolvimento e aplicação da mesma.

É pelo facto de concebermos desta forma o fenómeno recente da AP (ou seja, a AP na sua versão contemporânea, enquanto produção artística que “já nasceu” no interior de preocupações intersubjectivas de exposição real e sensível ao “Outro”, que emerge a partir da exigência quotidiana de elos inter-relacionais) que a intersubjectividade surge como a teia e o “ambiente motivacional” que permite a construção de projectos que interligam pessoas e instituições, pessoas e dispositivos anti-institucionais, pessoas e convulsões, “sociabilidade” e “insociabilidade”.

Ora, a reflexão sobre a “intersubjectividade”, a “sociabilidade” e a “insociabilidade” têm em Kant um carácter inaugural ao qual propomos regressar neste texto, propondo uma adaptação de determinados aspectos dessa antecâmara da Intersubjectividade ao mundo contemporâneo, a partir de afirmações deste autor tais como: “sair da menoridade”; “*sapere aude*”; “uso público da razão”; “pensar no lugar do outro”; “sociabilidade insociável”; entre outras.

Paralelamente a esta recondução é nosso objectivo estreitar mais uma vez a interdependência da AP e do EP, e a relação tensa entre a “virulência” das propostas artísticas e a “margem metamórfica” do EP, seja para a produção de obras de vínculo duradouro, seja para a elaboração de peças com vínculo precário ao EP, evanescentes temporalmente, com “caducidade” anunciada nos próprios símbolos estéticos e artísticos que compõem as propostas em causa, tal como sugere Patricia Phillips à entrada deste texto.

Antes de nos debruçarmos sobre as referências que Kant faz à “sociabilidade insociável”, (tratada duplamente na *Crítica da Faculdade do Juízo* e no opúsculo *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*), e antes de apresentarmos certas passagens que enfatizam a questão de um “sentimento comunitário” e a propensão à “sociabilidade”, permitam-nos

algumas considerações breves sobre o opúsculo «Resposta à pergunta: que é o iluminismo?».

“O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. [...] *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo”<sup>3</sup>

Com a referência a esta exortação não se pretende um regresso ingénuo a quaisquer narrativas, ou meta-narrativas no dizer de Lyotard, atinentes à confiança desmedida na faculdade humana da razão, nem um idílio acrítico com as noções de progresso e “luz” tão característicos deste período áureo da Modernidade europeia. Pretende-se tão simplesmente situar, na medida do possível, o problema da coragem em afirmar publicamente de modo autónomo (*Sapere aude!*), mas inter-relacional, fins que se têm em vista, “em todos os elementos”, sejam estes cognitivos, morais, ou estéticos (no caso específico do nosso texto, projectos de AP). “Mas, para esta ilustração, nada mais se exige do que a liberdade; e, claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer um uso público da sua razão em todos os elementos.”<sup>4</sup>

A esta observação inicial vamos ainda acrescentar outra afirmação kantiana a propósito da autonomia e da liberdade para pensar e agir, que no entanto, Kant trata por analogia no âmbito da “Crítica do Gosto” (no caso do nosso texto, Crítica e Gosto exercidos no EP e na AP).

As seguintes máximas do entendimento humano comum na verdade não contam aqui como partes da crítica do gosto, e contudo podem servir para a elucidação dos seus princípios: 1. Pensar por si; 2. Pensar no lugar de todo o outro; 3. Pensar sempre de acordo consigo próprio. A primeira é a máxima da maneira de pensar *livre de preconceito*, a segunda a da maneira de pensar *alargada*, a terceira a da maneira de pensar *consequente*.<sup>5</sup>

---

3 Kant, «Resposta à pergunta: que é o iluminismo?» [1784], In *A paz perpétua e outros opúsculos*, org. e tr. port. Artur Morão, LISBOA, Edições 70, s.d., p.11.

4 *Ibidem*, p. 13.

5 Kant, *Kritik der Urteilskraft* (2ª ed., 1793), tr. port. António Marques e V. Rohden,

Caracterizando a primeira como “[...] máxima de uma razão jamais *passiva* [...]”, a segunda, como pertencente ao domínio da faculdade de julgar e tendente a colocar o sujeito numa posição diferente daquela que habitual e acriticamente tolhe o entendimento daquele que ajuíza, necessitando por isso, de um descentramento intersubjectivo a partir das condições subjectivas, e a terceira como uma máxima difícil de praticar, que efectua a “[...] ligação das duas primeiras e segundo uma observância reiterada da mesma, convertida em perfeição [...]”,<sup>6</sup> Kant aproxima, mais uma vez por analogia, a universalidade subjectiva da objectiva, propondo uma “ligação” entre a subjectividade apresentadora de juízos estéticos e a condição supra-subjectiva que relaciona a diversidade de Eus comparecentes numa experiência do EP e da AP.

A necessidade da comunicação, e logo, no que concerne aos nossos objectivos específicos, de uma interligação das subjectividades efectivada por intermédio das linguagens que circulam no EP, já havia sido referida a título de urgência sentida pelo “primeiro homem” para que pudesse anunciar a sua existência fora da respectiva esfera singular<sup>7</sup>. Anunciaria, pois, a sua existência numa espécie de proto-espaco relacional que, assim defendemos, atravessa o fundo de todas as articulações do EP contemporâneo.

Agora, na *Crítica da Faculdade do Juízo*, designadamente no §41, refere-a como refinamento crescente do homem e das suas produções simbólicas. Comunicação e refinamento só objectiváveis por admitirmos um “sentimento humano comum” que desprende uma “voz universal” fundante da nossa subjectividade.

O *sensus communis* (*Gemeinsinn*), desta feita associado aos juízos reflexivos estéticos puros e central para o entendimento do “sentimento humano comum”, adquire na terceira *Crítica* do autor um valor diferente daquele que lhe tinha sido atribuído anteriormente (cf. Prefácio dos *Prolegómenos a toda a metafísica futura*).

*O sentimento humano comum*, que como entendimento simplesmente são (ainda não cultivado), é considerado o mínimo que sempre se pode

---

*Crítica da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1992, § 40, B158-B159.

6 *Ibidem*.

7 Ver a este propósito outro texto de Kant: *Começo Conjectural da História do Homem*, 1786.

esperar de alguém que pretende o nome de homem, tem por isso também a honra humilhante de ser cunhado com o nome de senso comum (*sensus communis*); e na verdade de tal modo que pelo termo *comum* (não é meramente na nossa língua, que isso efectivamente contém uma ambiguidade, mas também em várias outras) entende-se algo como o *vulgare*, que se encontra por toda a parte, e cuja posse absolutamente não é nenhum mérito ou vantagem.

Por *sensus communis*, porém, tem que se entender a ideia de um sentido *comunitário* *<gemeinschaftlichen>*, isto é de uma faculdade de julgamento, que na sua reflexão considera em pensamento (*a priori*) o modo de representração de todo o outro, *como que* para ater o seu juízo à inteira razão humana e assim escapar à ilusão que – a partir de condições privadas subjectivas, as quais facilmente poderiam ser tomadas por objectivas – teria influência prejudicial sobre o juízo. Ora, isso acontece pelo facto que atemos o nosso juízo a outros juízos não tanto efectivos e quanto muito antes meramente possíveis e transpomo-nos para o lugar do outro, na medida em simplesmente abstraímos das limitações que acidentalmente aderem ao nosso próprio julgamento [...].<sup>8</sup>

As afirmações que aqui reconduzimos não têm por objectivo, voltamos a dizer, trazer para o presente posicionamentos da “filosofia transcendental” kantiana que já foram filtrados por muitos autores, designadamente por Habermas, que inspirando-se em Kant, entre outros, na sua *Teoria do Agir Comunicacional* se refere àquele como passível de ser reperspectivado a partir de um *Pensamento Pós-metafísico*. O que queremos assinalar é a pertinência de certas noções de inter-relação humana e da eticidade no EP, logo, também numa certa AP, que ainda são muito actuaentes no mundo contemporâneo caso lhes retiremos, com a crueza académica que caracteriza estas adaptações, a aura da “filosofia transcendental”.

Vejamos agora o tal ante-projecto de intersubjectividade em Kant, já entrevisto nas páginas e nas obras citadas anteriormente.

Na *Ideia de uma história universal*, texto que trata de problemas de ordem moral, política e teleológica, Kant apresenta dicotomias e tensões que subjazem a diversas actividades do homem, incluindo, a nosso ver, a artística. Traça um plano possível para a instituição de uma “constituição civil” que regule uma “liga

---

8 Kant, *Ibidem*, §40, B157.

de povos” no futuro, e este instituir no tempo vindouro de uma organização que supra-regule a existência comum de povos, representando cada um diferenças abissais e separadoras, não dispensa obviamente a cultura e a arte:

Toda a cultura e toda a arte, que ornamentam a humanidade, e a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade que por si mesma é forçada a disciplinar-se e, deste modo, a desenvolver por completo, mediante uma arte forçada, os germes da natureza.<sup>9</sup>

O autor começa por considerar que a natureza nada faz por acaso, e que as tensões que vivemos na passagem de um estado de “brutalidade” ao estado de “cultura” – no sentido lato do termo -, se caracteriza por uma metamorfose das disposições naturais em “ilustração continuada”, não significando esta mutação, um desprezo total pela nossa condição de homem, no interior do qual a natureza como heteronomia resiste ao “talento” que opera “pouco a pouco” a sua adaptação a uma segunda natureza, justamente a cultura.

Pelo contrário, o autor postula que “os motivos naturais” sendo as “fontes da insociabilidade” e a origem de muitos males, também nos colocam em movimento tensional para o “desenvolvimento nas disposições naturais”.

De facto, a nossa existência enquanto entes naturais e refractários à sociabilidade, ao EP, assim como à comunicabilidade, numa palavra, à assunção de um “sentimento humano comum” para os mais diversos fins, uma vez postas de lado as “pretensões egoístas” que a caracterizam, constitui-se como pano de fundo indispensável ao enriquecimento da vida em comunidade e da Esfera Pública.

Em primeiro lugar, considerados na sua singularidade e nas tensões que ocorrem no seio da disparidade das disposições naturais. Sem esta agonística originária ressentida no ânimo de todo e qualquer homem do EP, a possibilidade do talento humano se revelar nas suas produções quedar-se-ia para sempre oculto e silencioso, sendo este fundo negativo e dinâmico, instância de doação permanente para o surgimento da diferença positiva a instaurar.

Num segundo momento, é desenvolvida a ideia de uma “tendência” à sociabilidade e a uma tensão entretecida com a exterioridade na qual cintilam os outros homens do EP e nos quais reconheço o motivo concreto da existência *a priori* de um sentimento humano comum.

---

9 Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, Ak., VIII, 22.

É neste momento que o autor se serve da metáfora das árvores que se desenvolvem fora e distantes da totalidade interactiva do bosque, crescendo "ca-prichosamente" e com um porte pouco digno de atenção. Precisamente devido ao não crescimento sob as contingências gerais do crescimento em grupo, em disputa continua pelo sol e por outros factores de belo desenvolvimento. Também o homem na sua dupla existência que oscila entre a sociabilidade e a insociabilidade, ao permitir que a última seja regente da sua co-existência comunitária, e logo, deixando ao plano natural e extra-relacional a tarefa da aproximação ao outro, quedar-se-á no mero antagonismo interno e solipsista, sem que daí resulte o prazer moral de ser co-responsável pela existência de uma formação cultural e urbana crescente.

O homem tem uma inclinação para entrar em sociedade, porque em semelhante estado se sente mais como homem, isto é, sente o desenvolvimento das suas disposições naturais. Mas tem também uma grande propensão a *isolar-se*, porque depara ao mesmo tempo em si com a propriedade insocial de querer dispor de tudo ao seu gosto e, por conseguinte, espera resistência de todos os lados, tal como sabe por si mesmo que, da sua parte, sente inclinação para exercitar a resistência contra os outros.<sup>10</sup>

Sucedem que a ameaça de resistência a este plano é permanente e constitutiva de todo e qualquer homem do EF, pelo simples facto da nossa natureza ser duplice e "saber melhor" o que é bom para a espécie "O meio de que a natureza se serve para levar a cabo o desenvolvimento de todas as disposições é o antagonismo das mesmas na sociedade, na medida em que este se torna ultimamente causa de uma ordem legal dessas mesmas disposições. Entendo aqui por antagonismo a sociabilidade insociável dos homens, isto é, a sua tendência para entrarem em sociedade, tendência que, no entanto, está unida a uma resistência universal que ameaça dissolver constantemente a sociedade. Esta disposição reside manifestamente na natureza humana."<sup>11</sup>

Trazendo este antagonismo para o presente, a ameaça da dissolução que acompanha todos os actos positivos do homem na esfera pública, surge assim como uma resistência à qual devemos opor outra resistência, digamos

---

10 Kant, *Idee zu einer...*, op. cit., VIII, 21.

11 *Ibidem*, VIII, 20.

de segundo grau, justamente aquela que se sobrepõe à inclinação natural e refractária à intersubjectividade, mas que, uma vez implicados na experiência inter-humana, também se faz regular *a posteriori* pelas exigências de um “sentido comum”, com contorno “transcendental” e extra-quotidiano na acepção puramente kantiana, com forte enraizamento no “mundo da vida” numa acepção contemporânea.

Tendo ficado claro que o problema da “sociabilidade insociável” representa no nosso texto um tema e uma motivação centrais, vejamos agora alguns aspectos da AP contemporânea, nada “transcendentais”, que oscilam entre aquilo que é “perene” e aquilo que é “efémero” ou “caducifloro” na mesma.

Num breve relato do dramaturgo alemão Botho Strauss é descrita uma situação que reflecte muito bem, metaforicamente, uma peculiaridade do mundo em que vivemos: a contradição entre o universal convite à participação num espaço público e a fragmentação dos discursos e dos interesses, a coexistência, em todos os níveis da vida colectiva, de processos que nos vinculam e nos tornam interdependentes juntamente com o enquistamento de diferenças que parecem insuperáveis.<sup>12</sup>

Ainda que a noção de “Novo Espaço Público” tal como Daniel Innerarity a defende não seja integralmente útil para os nossos propósitos (eivada de tematizações políticas e sociais que estando relacionadas com o EP, não se referem directamente à conexão deste com a AP), não podemos deixar de subscrever que a multiplicidade dos posicionamentos no EP, nomeadamente aqueles que trazem consigo a produção de obras de AP, caso se assista a um excesso de abissalidade dialógica e a uma grande pulverização (“fragmentação dos discursos e dos interesses”), podem resultar num “enquistamento de diferenças” que ocorre devido ao facto de sujeitos e instituições se furtarem, ou serem sistémica e instrumentalmente conduzidos a furtar-se, à “luta pelo reconhecimento” da peculiaridade artística dos projectos de AP apresentados.

Sinalizados os riscos de “enquistamento”, considere-se a vitalidade da AP de carácter efémero e “caducifloro” que se projecta para o EP, no qual, por sua vez, já se encontram pré-lançadas peças de arte dita “perene”.

---

12 Daniel Innerarity, *El Nuevo Espacio Público*, (2006), tr. port. Manuel Ruas, *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema, 2010, P. 7.

A recurrent problem for permanent, site-specific art is its difficulty in maintaining «appropriateness to the site», which may be drastically transformed since the artist first addressed it [...]. But while permanent art has trouble responding to changes in environment, aesthetics tastes, cultural values, or audience, the more experimental nature of contemporary works can accommodate such shifts, without having to impose a coherent constituency where none can be claimed.<sup>13</sup>

De acordo com esta autora, as peças “caducifloras” podem assim sobreviver e adaptar-se melhor do que as “perenes” ao EP, na medida em que o seu carácter experimental detém todas as propriedades plásticas e surpreendentes para acomodar as transformações que se verificam continuamente no espaço público.

Esta “volatilidade”, esta pré-configuração para a diversidade e o devir, controvérsia e “luta pelo reconhecimento”, devem-se em grande parte ao facto da AP ser por definição uma forma de arte com um núcleo intersubjectivo que atravessa diversas camadas do seu processo de prestação pública, mas deve-se igualmente (pensamos que como consequência das noções de intersubjectividade e plasticidade contextual), ao facto da AP ser um domínio da experiência que supera e suspeita continuamente as definições que vão estando disponíveis para a sua caracterização e identificação no mundo da arte.

Yet public art is an expanding practice that continues to incorporate every medium and discipline from painting to new media, sculpture to design, architecture to performance.<sup>14</sup>

De facto, é consabido que a AP mais do que uma modalidade artística se caracteriza por um domínio da experiência e do comportamento artístico e intersubjectivo que congrega vários géneros de produção artística, a saber: AP de raiz escultórica, AP de raiz pictural, AP de raiz arquitectónica e urbanística, AP hibridista, AP de raiz gráfica, de raiz muralista, de raiz performativa e efémera, outras.

---

13 Cher Krause Knight, *Public Art. Theory, Practice and Populism*, Oxford, Blackwell, 2009, pp.141-142.

14 Cameron Cartiere e Shelly Willis, *The Practice of Public Art*, Londres, Routledge, 2009, p.1

Sucedem que dentro do mesmo domínio que é a AP (daí os apelos de alguns a certas “pontuações” que clarifiquem esta diversidade de filiações), é igualmente possível encontrar a legitimidade que o seu carácter mais ou menos “perene” exhibe, tal como é possível encontrar a legitimidade da sua intensificação momentânea ou a força da sua duração descontínua. Também esta riqueza de possibilidades é particularmente causadora de perplexidade classificativa, de tal forma que, se sairmos de registos mais clássicos de AP, podemos afirmar que estamos perante uma experiência artística que desactiva continuamente todas as tentativas de teorização, incluindo aquelas que apontam para a categoria de pós-medialidade ou pós-*medium*.

Permitam-nos finalizar da seguinte forma um texto que cruza noções de “sociabilidade”, “insociabilidade”, “volatilidade”, “perenidade” e “caducidade”, categoria esta que se apoia numa intersubjectividade sem os excessos de “fé” iluminista com que Kant nos confronta na exortação ao “uso público da razão”, e sem a ingenuidade auto-centrada de produzir obra duradoira e à prova do devir.

Como pode ser lido em vários dos ensaios publicados neste Livro/Catálogo, as obras de AP tiveram na aurora da sua versão contemporânea, entre outras motivações, um desiderato de evasão e idílio para com espaços extra-galerísticos e extra-museológicos, fossem estes urbanos ou não urbanos. Desta radicalidade ainda hoje reconhecida como única e tipificadora de novas atitudes artísticas, resultaram experiências e peças de AP que levaram à reorientação de determinadas estratégias de produção artística nos espaços dos quais se libertaram (museus e galerias), contaminando de modo criativo a própria institucionalização da arte, alargando o horizonte dos espaços de consagração mais familiares e convencionais, promovendo assim um enriquecimento mútuo. Em estreita relação com os temas que tratámos neste texto fica, pois, em aberto, a possibilidade de aprofundar o estudo de algumas incidências desse contributo da AP, com o objectivo de fazer a cartografia do “rasto” de duplo sentido entretanto verificado.